

O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROMOTORAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL. BREVE OLHAR PARA O CONTEXTO PAULISTANO.

Viviane Rodrigues Fernandez*

Resumo

Este artigo pretende propor uma breve discussão a respeito do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como ferramenta para a promoção do letramento digital no contexto do município de São Paulo. Para tal compreensão utilizou-se a pesquisa documental envolvendo a temática, sobretudo dos documentos oficiais construídos internamente no município e que tratam especificamente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sendo eles: Portaria 900 de 24 de janeiro de 2014 que dispõe sobre os laboratórios de informática nas Unidades Educacionais e as Orientações Curriculares Expectativas de Aprendizagem para o EJA. Utilizou-se também estudos já realizados na área como os de Vóvio, Kleiman e Curto, bem como obras de importantes autores como, Freire, Santos, Haddad e Soares. As análises dos referidos documentos apontam que existe, por parte do município, a preocupação de que as TICs sejam utilizadas como ferramenta para a alfabetização e letramento digital, e, além disso, apresenta-se o uso dessas tecnologias como ferramenta de inclusão digital e de constituição do pensar crítico.

Palavras-chave: TICs, Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Letramento Digital.

Abstract

This article intends to propose a brief discussion about the use of Information and Communication Technologies as a tool to promote digital literacy in the context of São Paulo. To this understanding we used the documentary research of the subject, especially of official documents in-house built in the city and that specifically addressed the Youth and Adult Education (EJA – abbreviation in portuguese) which are: Decree 900 of 24 January 2014 which provides for the computer labs at Educational Units and Curriculum Guidelines Learning Expectations for the EJA. We also used previous studies in the area such as Vóvio, Kleiman and Short, as well as important works as authors, Freire, Santos, Haddad and Soares. The analyzes of these show documents that there rather by the municipality concern that Information and Communication Technologies (ICT, TIC abbreviation in portuguese) are used as a tool for literacy and digital literacy, moreover, presents the use of these technologies as digital inclusion and creation tool critical thinking.

Keywords: ICTs, Youth and Adult Education, Literacy, Literacy Digital

1, Introdução

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil esteve envolta em distintas concepções. A mais marcante dessas concepções colabora para a ideia de EJA enquanto “suplência”. Nesse contexto, essa modalidade de ensino confunde-se com a mera alfabetização do grande contingente de analfabetos existentes no país, adota-se portanto, uma concepção de que a EJA emprega-se unicamente com o objetivo de “recuperar o tempo

* Aluna do curso de Especialização em Educação Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu. Professora Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Rede Municipal de São Paulo. Licenciatura em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Campos Salles (FICS). Pós-Graduação em Psicopedagogia na Modalidade de Ensino a Distância pela Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI EAD).

escolar perdido” pelo sujeito que por motivos diversos, não puderam dar continuidade aos seus estudos na idade escolar. Partindo dessa concepção, acredita-se que a EJA deve seguir os mesmos protocolos do ensino regular, assumindo suas perspectivas curriculares, práticas pedagógicas e modelos avaliativos.

Durante as décadas de 60 e 70, a EJA foi nomeada como Educação Popular, por meio de manifestações ocorridas, sendo essa, uma das principais ações educativas mobilizadas pela sociedade civil no regime militar. Durante o período militar foi criada uma legislação para implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Ensino Supletivo. Porém, neste período histórico particular, os interesses populares não tinham representação nas ações políticas (HADDAD, 1992, p. 10).

Segundo Sérgio Haddad (2007), a implantação da Educação de Jovens e Adultos posteriormente teve forte presença e inspiração do professor Paulo Freire, principalmente no período em que ocupou o cargo de Secretário da Educação no Município de São Paulo em 1990. Foi neste momento que houve grande desenvolvimento e aplicação de programas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, incluindo participação de movimentos sociais.

Projetos como MOVA (Movimento de Alfabetização), modelo de programa implantado por Paulo Freire, teve ampla aplicação pelo país, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) um dos principais partidos políticos que gestava o modelo, ainda envolvendo entidades e movimentos sociais, para o fortalecimento no âmbito da sociedade civil, e para atender a demanda de jovens e adultos não alfabetizados no país, dentro de novas experiências educacionais nessa área (HADDAD, 2007).

As imposições legais criadas a partir da pressão social garantem o atendimento escolar a esta parte da população marginalizada das possibilidades educacionais.

Os dispositivos legais sinalizam a importância de ter um ensino destinado a jovens e adultos que já estão inseridos muitas vezes no mercado de trabalho formal ou informal. Nesse sentido, segundo a Constituição Brasileira de 1988, a principal tarefa da Educação de Jovens e Adultos é fazer valer o previsto no artigo 208 inciso I: “garantir o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos”, e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional nº 9394/96 e respectivas leis complementares) cria e nomeia uma modalidade de ensino dentro da Educação Básica, denominada Educação de Jovens e Adultos. Para, além disso, a LDB garante no Art. 37, que a Educação de Jovens e Adultos “...será destinada àqueles que não tiveram acesso ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

O reconhecimento legal da EJA enquanto modalidade de ensino representou um importante avanço, ademais, o documento busca assegurar que nesse tipo de educação sejam oferecidas oportunidades gratuitas e apropriadas considerando as características desse público, bem como seus interesses, condições de trabalho e vida.

Ao legitimar a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade de ensino, observa-se um processo de amadurecimento acompanhado de discussões realizadas por estudiosos. Tais discussões revelam a distinção existente entre essa modalidade de educação e o ensino regular, em virtude do público diferenciado que ambos atendem (FREIRE, 1988; HADDAD, 2002; FONSCECA, 2005; ARROYO, 2007).

Nesse sentido, as práticas pedagógicas voltadas a esse público necessitam considerar as especificidades da população atendida, que geralmente, trata-se de adultos trabalhadores que retomam seus estudos na perspectiva de conquistar ascensão profissional e melhores salários. No entanto, evadem constantemente pela fadiga e cansaço causados pela rotina de trabalho diário (HADDAD, 2002; CURTO, 2011).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresentam-se nesse contexto, como ferramentas para a aprendizagem, podendo assim contribuir para a alfabetização e letramento dos educandos, bem como para a inclusão digital. Para Paulo Freire:

A educação não se reduz à técnica, mas não se faz educação sem ela. Utilizar computadores na educação, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas. Dependendo de quem o usa, a favor de que e de quem e para quê. O homem concreto deve se instrumentar com o recurso da ciência e da tecnologia para melhor lutar pela causa de sua humanização e de sua libertação (FREIRE, 2001a, p.98).

Neste contexto é possível afirmar que as TICs são possíveis recursos para a formação dos sujeitos, capazes de possibilitar, de alguma maneira, o desenvolvimento de uma postura crítica dos educandos diante do que lhes é apresentado.

Embora haja o reconhecimento de que as práticas pedagógicas na EJA necessitam atender as especificidades do público que a frequenta, o que se observa são modelos adotados de outras modalidades de ensino, não havendo na maioria das vezes práticas que deem conta desse contexto. Isto é, não se adota uma perspectiva que privilegie práticas contextualizadas, considerando o arcabouço cultural dos educandos, nem que esteja pautado numa concepção mais ampla envolvendo a “alfabetização e o letramento” numa visão social da linguagem, na qual os variados usos da escrita e a participação em diversas práticas letradas devem ser considerados (VÓVIO; KLEIMAN, 2013).

Nesse sentido, o presente artigo propõe uma breve análise dos documentos oficiais (Orientações Curriculares e Portarias) do município de São Paulo, no contexto da EJA, a fim de perceber de que maneira as TICs são utilizadas nessa modalidade de ensino, e em que medida essas tecnologias dão subsídios para a alfabetização e o letramento digital. Tal análise será realizada com base em pesquisas já existentes sobre o letramento digital na EJA, tendo como base, as diversas obras consagradas dos principais autores da educação como Paulo Freire, Milton Santos, Sérgio Haddad e Magda Soares.

2. Letramento dentro contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Quando falamos sobre a Educação de Jovens e Adultos, devemos pensar nas camadas menos favorecidas, neste sentido são necessárias fazer referências ao professor Paulo Freire novamente, mais prioritariamente sobre educação popular. De acordo com as Orientações Didáticas – Alfabetização e Letramento do EJA e MOVA da Secretaria de Educação do Município de São Paulo, a teoria de Freire afirma que o trabalho com as camadas populares é pautado no processo de emergir os saberes dos educandos, respeitá-los e tê-los como indivíduos que têm conhecimento da vida e das coisas, onde a relação entre educador e educando é dialógica, sendo seres iguais pertencentes das mesmas condições e classes sociais, dentro de uma perspectiva de superação da situação de injustiça social, onde ambos se educam, aprendem no processo de construção das duas partes, uma relação ética. Neste contexto, a apropriação da leitura e escrita deve ocorrer concomitante com a leitura de mundo (conhecê-lo, compreendê-lo e agir nele), sendo a alfabetização um projeto maior de emancipação e superação da desigualdade, onde partimos da realidade do aluno para ultrapassá-la as dificuldades nela contida (SÃO PAULO, 2007).

Por muito tempo, estar alfabetizado era se apropriar do sistema de escrita por meio da memorização e a escrita atrelada unicamente a uma representação da fala, ou seja, como a aquisição de códigos relacionando fonemas e grafemas. Nesse contexto, ler e escrever, tornam-se atos mecânicos de codificação e decodificação do sistema de escrita (CURTO, 2011; BARROS, 2011). Contudo, a sociedade foi tornando-se cada vez mais exigente, sendo assim, não bastava mais simplesmente saber escrever e ler, codificar e decodificar o código de

escrita, era preciso fazer uso de determinadas habilidades e competências para assim poder compreender os diversos textos e usá-los no meio social (Magda Soares, 1998).

Como descreve Madga Soraes (1998), o fato de as pessoas se alfabetizarem, aprendendo a ler e a escrever, não necessariamente significa que elas incorporam a prática social da leitura e da escrita. E assim, este processo não garante que esses educandos também adquiram as competências para usar “essa leitura e a escrita”, de modo a envolver-se com as práticas sociais que elas exigem, por exemplo: não leem livros, jornais, revistas, não sabem redigir um ofício, um requerimento, uma declaração, não sabem preencher um formulário, sentem dificuldades para escrever um simples telegrama, uma carta, não conseguem encontrar informações num catálogo telefônico, em um contrato de trabalho, em uma conta de luz, ou uma bula de remédio. Nesse contexto, as críticas às concepções tradicionais faz emergir um novo conceito de escrita, *o letramento*.

Magda Soares em seu artigo *Letramento e Escolarização* define letramento:

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor... (SOARES, 2003, p. 91-92)

Sendo assim o letramento, o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais (FREIRE, 1988; SOARES, 1998).

Nesse sentido, no letramento, a leitura e a escrita são vistas não apenas como a tecnologia para registrar a fala em escrita e decodificar a escrita em fala, mas sim enquanto práticas sociais que possibilitam uma melhor inserção social e cultural do indivíduo (SOARES, 1998; CURTO, 2011; BARROS, 2011).

No entender de Magda Soares (1998) tornar-se letrado significa que o sujeito passa a ter gradualmente conhecimentos de leitura e de escrita que o engaje nas atividades sociais das quais essas habilidades são necessárias, conquistando assim uma maior inserção social e cultural para viver em sociedade.

Segundo Angela B. Kleiman “podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. (KLEIMAN, 1995, p. 19)

Ao pensar nas definições dadas pelas duas autoras sobre letramento, podemos agora perguntar: o que seria o *letramento digital*?

Há diversos autores que definem o conceito de letramento digital, porém este artigo será pautado na definição utilizada pela autora Magda Soares no artigo “*Novas Práticas de Leitura e escrita: Letramento na Cibercultura*”, publicado no ano de 2002 pela Revista Educação & Sociedade de Campinas.

No artigo mencionado, a autora afirma que letramento digital é:

No quadro desse conceito de letramento, o momento atual oferece uma oportunidade extremamente favorável para refiná-lo e torná-lo mais claro e preciso. É que estamos vivendo, hoje, a introdução, na sociedade, de novas e incipientes

modalidades de práticas sociais de leitura e de escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica – o computador, a rede (a web), a Internet. É, assim, um momento privilegiado para, na ocasião mesma em que essas novas práticas de leitura e de escrita estão sendo introduzidas, captar o estado ou condição que estão instituindo: um momento privilegiado para identificar se as práticas de leitura e de escrita digitais, o letramento na cibercultura, conduzem a um estado ou condição diferente daquele a que conduzem as práticas de leitura e de escrita quirográficas e tipográficas,⁴ o letramento na cultura do papel. [...] (SOARES, 2002, p. 146)

O termo letramento digital é um conceito que ressignifica o letramento quirográfico e tipográfico, transpondo a superfície do papel ao meio virtual, pois apresenta novos suportes/portadores de textos e novas habilidades e competências de leitura e escrita que percorrem o contexto hipertextual e a composição dos gêneros virtuais. Ainda possibilita o sujeito ler, interpretar, interagir e intervir, sendo uma nova etapa de uma sociedade nomeada sociedade da informação e comunicação, que se ampliam em alta velocidade acompanhada as múltiplas mídias existentes e a rápida expansão da Internet via banda larga.

A nova concepção do letramento está totalmente integrada à expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), por meio delas a disseminação de informação e comunicação está cada vez mais dinâmica e acessível à sociedade.

3. Contextualizando as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) exercem um papel cada vez mais importante na forma de nos comunicarmos, aprendermos e convivermos.

Acredita-se que tais tecnologias podem contribuir para a equidade na educação, qualidade no ensino e desenvolvimento pessoal dos educandos. (CURTO, 2011) Nesse sentido, as TICs compõem fator preponderante para o desenvolvimento. No contexto do ensino, as Tecnologias têm possibilitado a utilização das ferramentas de comunicação no segmento educacional, permitindo o início e a ascensão da Educação a Distância (EAD) e subsidiando processos de aprendizagem presenciais (LOPES, 2009).

Hoje, há cada vez mais a preocupação de inserir as TICs nas diferentes modalidades de ensino, como forma de se potencializar a aprendizagem, inclusive na EJA. Como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o EJA:

Na contemporaneidade não se pode descartar o ambiente virtual multimídia e o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como recursos pedagógicos à ação do professor, pelo que têm possibilitado ao desenvolvimento de processos de aprendizado, ao acelerarem o ritmo e a quantidade de informações disponibilizadas, ao favorecerem o surgimento de novas linguagens e sintaxes, enfim, ao criarem novos ambientes de aprendizagem que podem ser postos a serviço da humanização e da educação de sujeitos. (BRASIL, 2009, p. 33-34)

Existe o reconhecimento das TICs como promotoras da aprendizagem, contudo o mesmo documento destaca que o nível de acesso a elas acontece em diferentes medidas a depender do contexto. Na EJA, por exemplo, há um nível de exclusão digital significativa, apontando a necessidade de aproximar os jovens e adultos de tais tecnologias, como forma de inclusão social.

3.1 TICs e EJA no contexto brasileiro: o que dizem as pesquisas?

Realizou-se uma revisão bibliográfica envolvendo o uso das TICs na EJA, envolvendo a busca em alguns dos mais importantes bancos de dados nacionais, a saber: banco de teses e

dissertações da USP, banco de teses e dissertações da UNICAMP, e banco de teses da CAPES. O recorte temporal utilizado compreendeu entre os anos de 1996 a 2014. Foram utilizadas na pesquisa 5 palavras-chave: educação de jovens e adultos, letramento, uso das tecnologias na educação de jovens e adultos, TICs na EJA, alfabetização digital na EJA.

Foram encontrados 35 trabalhos. Obteve-se referência a apenas dois deles pela proximidade que apresentam com a temática em questão. Tratam-se de estudos empíricos que analisaram o uso das tecnologias na educação de Jovens e Adultos do ponto de vista das práticas escolares com uso dos computadores voltadas a alfabetização e letramento nessa modalidade de ensino. Tais pesquisas apontam que o uso das tecnologias no contexto da educação de jovens e adultos para além de colaborar com a alfabetização e letramento desses sujeitos, aproximam-nos do mundo digital, e promovem a inclusão (CURTO,2011; BARROS, 2011).

A primeira pesquisa usada como base teórica para este artigo foi à dissertação de mestrado “O acesso às práticas de letramento digital na Educação de Jovens e Adultos” defendido pela Viviane Gonçalves Curto na Universidade Estadual de Campinas dentro do Instituto de Estudos da Linguagem no ano 2011, procurou investigar o letramento digital dentro da abordagem na EJA. O trabalho de pesquisa está pautado nos documentos oficiais e estudos teóricos do campo pedagógico dos últimos anos com o propósito de lançar novas configurações de ensino para a modalidade.

Viviane G. Curto defende que a instituição escolar deve garantir o acesso aos bens materiais e sociais como o computador e seus recursos. Ela analisou as práticas de leitura e escrita realizadas por intermédio do computador, durante as aulas de informática ministradas a uma turma do 4º ano do primeiro segmento do Ensino Fundamental e de todas as etapas do segundo segmento desse mesmo nível de ensino da modalidade EJA no *Colégio Imaculada Conceição de Belo Horizonte*. Ela também discute os estudos referentes aos multiletramentos e aos letramentos digitais, buscando relacioná-los entre si e com o conceito de inclusão digital.

Curto (2011) realizou em sua dissertação de mestrado uma revisão e reflexão sobre as pesquisas que tratam da utilização das TICs na educação, principalmente na EJA. Os resultados da sua pesquisa mostraram que a escola parece ser o local onde o público dessa modalidade de ensino tem acesso ao computador e seus recursos, que a prática situada nesta tecnologia pode ser um instrumento eficaz para a aprendizagem, e os resultados revelaram que os jovens e adultos apresentam interações específicas com o uso do equipamento durante a abordagem dessa tecnologia.

A segunda pesquisa utilizada como base teórica também é uma dissertação de mestrado, “Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos”, também da Universidade Estadual de Campinas dentro da Faculdade de Educação no ano 2011 de Flávia Regina de Barros, o qual teve como objetivo descrever e analisar as práticas pedagógicas de uma professora que leciona na EJA, com intuito de verificar seus impactos nas práticas de letramento dos seus alunos dentro da abordagem histórico-cultural. A pesquisa foi realizada com alunos da Educação de Jovens e Adultos do município de Amparo/SP. Pesquisa com metodologia qualitativa, com características etnográficas. Flávia teve como suporte a análise das respostas emitidas por meio de entrevistas dos participantes (professores e alunos). A pesquisa citada teve a finalidade de aprofundar a discussão dos contextos teóricos entorno da alfabetização e letramento no âmbito da modalidade de ensino em questão a explorar alternativas pedagógicas sobre os usos sociais da escrita.

Os dois trabalhos mencionados auxiliaram na coleta de informações contribuindo para reforçar as conclusões realizadas, além de dar suporte teórico para consolidar as ideias aqui propostas.

3.2 O uso das TICs na Educação de Jovens e Adultos: breve olhar para o contexto paulistano.

No contexto do município de São Paulo, a Portaria 900 de 24 de Janeiro de 2014 que dispõe sobre os laboratórios de informática nas Unidades Educacionais traz as seguintes determinações no que diz respeito a sua utilização no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º - O trabalho nos Laboratórios de Informática Educativa, por meio das práticas ali desenvolvidas, tem por objetivos:

[...]

II - possibilitar a criação de ambientes de aprendizagem inovadores, colaborativos, interativos e integradores;

III - potencializar o uso crítico e criativo dos diferentes recursos tecnológicos, como forma de expressão oral, escrita, registro, socialização e produção de textos em diferentes contextos e linguagens;

IV - favorecer o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs na integração com o currículo nos Ciclos de Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral e nas Etapas da Educação de Jovens e Adultos-EJA; V - propiciar condições de acesso e uso das tecnologias voltadas para a pesquisa e produção do conhecimento para educandos e professores;

[...]

Art. 3º - O Laboratório de Informática Educativa, como espaço de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação- TIC, deverá:

III – promover a articulação do Plano de Ação da Informática Educativa com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional atendendo às necessidades da construção do currículo integrador na Educação Infantil e os dispositivos da Reorganização Curricular do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, na conformidade do disposto no “Programa Mais Educação São Paulo” (SÃO PAULO, 2014).

A determinação legal coloca a necessidade de que o uso das tecnologias no contexto da EJA privilegie a alfabetização e a articulação curricular entre as diferentes etapas do ensino, inclusive a Educação de Jovens e Adultos. Destaca-se a necessidade de que as TICs possam fomentar as aprendizagens. Desta maneira, os alunos da EJA têm uma aula de Informática Educativa semanal no horário regular de aulas e contam com a regência de Professores Orientadores de Informática Educativa (POIE). O programa de Informática Educativa do município também prevê horários de pesquisa no laboratório de informática, fora do horário regular de aula.

O documento de Orientações Curriculares Municipal para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação apresenta como objetivos da informática educativa na rede municipal de São Paulo:

“[...] oficinas e projetos desenvolvidos em ambientes virtuais de aprendizagem colaborativa, voltados para a comunicação, pesquisa e publicação na internet, autoria e protagonismo.” (SÃO PAULO, 2009, p. 42)

Ainda as seguintes proposições:

- Inclusão Digital (A Familiarização com o Computador e a Internet);
- Alfabetização Digital (A Leitura e a Escrita nas Linguagens Digitais);
- Letramento Digital (A Busca da Informação, a Comunicação e a Disseminação de Informações na Era Digital);
- Competências do Século 21 (Visão Geral, com foco nas Competências de Informação e Comunicação e Suas Tecnologias) (SÃO PAULO, 2009, p.43).

Dito isto, nota-se que no município há uma preocupação com a alfabetização e letramento por meio do uso das TIC's também no contexto do EJA, e, confirma uma preocupação com a inclusão digital dessa população, muitas vezes excluídas desses processos. Outro fator, é a urgência da constituição de sujeitos que interagidos das novas tecnologias e de posse de conhecimentos criticamente elaborados (FREIRE,1984), possam fazer uma leitura mais profunda dos acontecimentos, adotando uma postura de criticidade:

O que é transmitido [pela mídia] à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isto é tanto mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia (SANTOS, 2003, p. 39).

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) propõe um caderno de atividades, a ser aplicadas nos laboratórios de informática educativa das unidades escolares municipais, denominado de Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever – Tecnologia na Educação, publicado no ano de 2012 com a parceria do Programa EducaRede da Fundação Telefônica, com o objetivo de dar continuidade as reflexões acerca do letramento digital e das TICs nos ambientes de aprendizagens, nos processos comunicativos e de produção de conhecimento inserido nas novas formas de circulação de textos verbais e não verbais. O caderno também menciona o grande interesse pela sociedade, pelo universo midiático (televisão, rádio, vídeo, mídia impressa, imagens, hipermídia e a Internet) onde percorre diferentes linguagens, sendo eles excelentes instrumentos pedagógicos para mobilizar novas formas de desenvolver as habilidades e competências leitoras e escritoras dentro da prática do protagonismo.

O documento enfatiza a importância real de projeto que valorize o protagonismo do educando dentro do ambiente escolar. Nele encontramos atividades que favorecem ações que articulem projetos curriculares e a aprendizagem de conteúdos vitais para a manipulação e utilização de ferramentas e recursos tecnológicos, com o objetivo de formar sujeitos competentes e autônomos. Trata-se de um referencial prático-metodológico para os planejamentos e elaboração de planos de aulas, registro do desenvolvimento da aprendizagem e avaliação, porém também destaca a relevante análise constante por parte do educador para atender as propostas dos projetos existentes na rede.

Por fim, no que diz respeito ao uso das Tecnologias da Comunicação e Informação no município de São Paulo no contexto da EJA, nota-se que as TIC's assumem diferentes usos, sendo eles: ferramenta de aprendizagem tanto dos processos de Informação e Comunicação, como dos demais processos pedagógicos mediadores da relação pedagógica professor-aluno e aluno-aluno, e estruturadora de novos ambientes de aprendizagem que unem tanto o virtual e o presencial, como o formal e o informal.

Considerações finais

A sociedade em que vivemos está em progressiva transformação. Impulsionadas pelas novas tecnologias que possibilitam novas formas de produzir conhecimento, comunicar-se e informar-se, é impossível negar as modificações das formas tradicionais de circulação de textos verbais e não verbais, que envolvem questões sobre a utilização das linguagens midiáticas dentro e fora do universo escolar, impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

No presente artigo apresento o conceito de alfabetização e letramento, defendido por Magda Soares (2003), sendo alfabetização a habilidade ler e escrever (decodificar e codificar o código de escrita) e o letramento habilidades e competências com as práticas sociais do uso da leitura e escrita, (bom exemplo é saber para que serve uma receita culinária e sua aplicabilidade na vida social), processos diferentes, porém indissociáveis. Angela B. Kleiman (1995) descreve que ser letrado é estar apropriado dos conjuntos de práticas sociais no uso da escrita, considerando o sistema simbólico e tecnológico, dentro de contextos específicos com objetivos específicos. Conceito teórico que envolve projetos maiores de vida, de conhecimento de mundo como afirma o professor Paulo Freire, tão importante para todos os indivíduos, principalmente os que frequentam a EJA, por meio destas teorias podemos favorecer a modalidade aqui em questão a oportunidade de emancipação e equiparação social.

Conforme Magda Soares (2002) definiu em seus estudos, o letramento digital é a resignificação das práticas de escrita e leitura realizadas anteriormente no papel que recentemente foram transportadas para novas tecnologias de comunicação eletrônica. A autora usa como exemplo o computador e a rede web (Internet), sendo os principais instrumentos para nascimento das novas modalidades de práticas sociais de leitura e escrita para os ambientes virtuais. Tais mudanças envolvem telas e hipertextos com relevância social, inquestionáveis e diferentes das práticas de letramento no papel. Conceito que contribui para inclusão social de muitos dos indivíduos marginalizados e excluídos do sistema educacional, também sendo possível afirmar que o sujeito que não domina estas práticas, igualmente como ocorre no letramento tipográfico, sofre com desigualdade nas oportunidades e a falta de garantia dos seus direitos na sociedade, com dificuldade ao exercer a sua própria cidadania.

Conforme citado neste artigo, existem documentos municipais de grande relevância para o ensino do letramento digital da EJA, como as Orientações Curriculares – Tecnologias de Informação e Comunicação (SÃO PAULO, 2010) e o Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever – Tecnologias na Educação (SÃO PAULO, 2012), que enfatizam a necessidade de mobilizar a utilização destes recursos para desenvolver as competências leitoras e escritoras em prol da chamada inclusão digital, com intuito de oferecer aos jovens e adultos, oportunidades de inclusão reais em todos os âmbito da sociedade. Também a Portaria 900 de 24 de Janeiro de 2014 que dispõe sobre a organização dos laboratórios de informática educativa nas Unidades Educacionais que definem determinações a respeito de sua utilização no contexto da Educação de Jovens e Adultos, e garantem o acesso dessa comunidade aos recursos tecnológicos.

A análise dos documentos oficiais que dizem respeito ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto do EJA aponta preocupação da Secretaria de Educação do Município de São Paulo para sua utilização, com objetivo da inclusão digital e a promoção de práticas de alfabetização e letramento digital. Além disso, pretende-se com o uso dessas tecnologias criarem condições para que nessa modalidade de ensino os educandos possam construir aprendizagens que lhes permitam assumir uma postura crítica diante dos fatos, saindo da neutralidade e aprendendo não somente ler palavras, como também ler o mundo (FREIRE, 1996; 2000).

Há reconhecimento sobre as limitações do presente artigo nos aspectos teóricos e documentais, pois há necessidade de estudos empíricos mais aprofundados de modo a investigar o alcance e a efetividade das proposições contidas nos documentos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Rosana S. de. Letramento digital: conceitos e pré-conceitos. ANAIS ELETRÔNICOS DO 2º SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO: MULTIMODALIDADE E ENSINO, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Rosana-Sarita-Araujo.pdf>>. Acesso em: 8 maio. 2015.

ARROYO, Miguel G. Educação de Jovens - Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. , p. 19 – 50.

BARROS, Flávia Regina. *Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos*. 2011, 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/teses_dissert_tcc/arquivos/flaviabarros_dissertacao.pdf>. Acesso em: 4. maio. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Versão consolidada). Brasília: 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em 03 mar. 2015.

CURTO, Viviane. G. *O acesso às práticas de letramento digital na Educação de Jovens e Adultos*. 2011, 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000803112>>. Acesso em: 7. maio. 2015.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. *Educação Matemática de Jovens e Adultos*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Educação como prática de liberdade*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *A Educação na Cidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação (diálogos) – Vol. II*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Em Aberto, Brasília, ano 11, n. 56, out/ dez. 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/828/742>>. Acesso em: 06. maio. 2015.

_____. (coord). *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília: MEC/ INEP/ Comped, 2002.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

LOPES, Maria do Céu. Redes, tecnologia e desenvolvimento territorial. In: ANAIS DO CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE: REDES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Cabo Verde: APDR, 2009. p. 995-1015.

SÃO PAULO (Município), Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para Educação de Jovens e Adultos - EJA / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2009. Disponível em: <<http://arqs.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br/exp/ejaemova.pdf>>. Acesso em: [11. maio. 2015](#).

_____,SME, Portaria 900 de 24 de janeiro de 2014. Dispões sobre a organização dos Laboratórios de Informática Educativa nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/DOC_NOTICIAS/PORTARIA_900_POI E.pdf> Acesso em: 20. mar. 2015.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOARES, Magda. *Letramento – um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Revista Educação & Sociedade*, Unicamp, Campinas, Vol. 3, n. 81, p. 143 – 160, dez. 2002. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>. Acesso em: 15. maio. 2015.

_____. *Letramento e escolarização*. In: RIBEIRO, V.M. (org.) *Letramento no Brasil*, São Paulo: Global, 2003.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, n. 25, p. 5 – 17, jan./ fev./ mar./ abr./ 2004. Disponível: <<http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Fabiana%20Giovani%20%28UNIPAMPA%29.pdf>>. Acesso em: 15. maio. 2015.

VÓVIO, Claudia L.; KLEIMAN, Angela B. Letramento e Alfabetização de pessoas Jovens e Adultos: um balanço da produção científica. *Cad. Cedes*, Campinas, Vol. 33, n. 90, p. 177-196, maio/ago./ 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v33n90/a02v3n90.pdf>>. Acesso em: 10. maio. 2015.